

## INTERNET

# Portugueses apagam o passado incómodo

Executivos, professores e políticos entre os **clientes de empresas espanholas com a tarefa de limpar o rasto na net**. Especialistas põem em causa estes serviços

HUGO FRANCO

O espanhol Mario Costeja González, que há dias venceu num tribunal europeu o braço de ferro com a Google, não é o único a querer ser esquecido na internet. Um pouco por toda a Europa têm nascido empresas com um único objetivo: apagar informações colocadas *online* e consideradas incómodas para os seus clientes. Em Espanha existem pelo menos três, cada vez mais procuradas por cidadãos portugueses, entre eles executivos de empresas, professores universitários e políticos. Querem eliminar mexericos e insultos pessoais em blogs; notícias de transferências monetárias alvo de suspeitas; imagens constrangedoras em redes sociais; ou avisos de multas e hipotecas em boletins oficiais.

Muitos deles vão até Barcelona, ao escritório da Eliminalia, empresa que diz dedicar-se “a apagar o passado” dos clientes. No último ano, perto de mil pessoas recorreram aos seus serviços. “Tivemos 90 a 100 casos de executivos de topo e alguns políticos portugueses”, garante Daniel Sánchez, o presidente da empresa. Um deles é um empresário que se queixa de ter sido alvo de perseguição nos jornais, por causa de uma venda de ações. “Toda a gente ficou a saber do dinheiro que eu tinha e que não tinha. Isso prejudicou-me”, conta ao Expresso. Quarenta dias depois de recorrer a esta empresa, o seu nome deixou de aparecer, nos motores de busca, ligado a essa operação.

Os serviços não foram baratos: 22 mil euros. Os casos mais complexos e que envolvem figuras mediáticas podem chegar a 100 mil. “Com o tempo, podemos fazer desaparecer qualquer dado. Mas não se pode suprimir toda a informação de uma vez só. Deve-se fazê-lo de forma estratégica”, explica Diego Sánchez.

Como fazem? “Isso seria como pedir à Coca-Cola que revelasse a fórmula da bebida.”

Menos evasiva, Rosalía de la Cruz, advogada e sócia de outra destas empresas, a Voluntad Digital, defende que “é possível eliminar muita informação da internet para minimizar o que aparece sobre uma pessoa” e assegura que tudo o que fazem é 100% legal. “Não alteramos os dados diretamente dos *sites*.” Por vezes, falam diretamente com o proprietário do *site* para retirar o conteúdo considerado prejudicial. Quando não é possível resolver dessa maneira, tentam fazê-lo “com o próprio motor de busca, como a Google, ou outros organismos competentes”.

Samuel Parra, sócio de outra firma, a ePrivacidad, confirma este *modus operandi* e acrescenta: “Não somos *hackers*. Mas se não conseguimos resolver o assunto de maneira amigável, denunciamos o caso e vamos a tribunal.” Em Espanha há mais de 200 casos destes à espera de decisão dos juízes. Um padre espanhol que continuava a ser

acusado de pedofilia em vários *sites*, meses depois de arquivada a queixa, foi um dos casos mais complexos resolvidos por esta empresa, que promete na sua página: “Fazemos com que a internet se esqueça de si.” É comum lidarem com figuras da imprensa cor de rosa que querem retirar da net fotos “de âmbito privado”. Samuel Parra explica: “Podemos apagar totalmente a informação de um anónimo. Se se tratar de uma figura pública é mais complicado.”

Estas empresas dizem não aceitar todo o tipo de clientes: terroristas, pedófilos e homicidas estão fora. “Temos um código de conduta rígido”, afiança Diego Sánchez.

A Agência Espanhola de Proteção de Dados revela ao Expresso que o número de pessoas a contactá-la, para saber quais os seus direitos quando um motor de busca “se nega a eliminar as referências aos seus dados pessoais”, tem aumentado desde 2007. Em muitos casos, dá-lhes apoio jurídico. Já a Comissão Nacional de Proteção de Dados portuguesa diz

não ter conhecimento da “existência de empresas que prestem serviço de eliminação da informação pessoal na internet nem de cidadãos portugueses que a eles tenham recorrido.”

## “O que tem valor dificilmente se perde”

Há quem ponha em causa os métodos e a eficácia anunciada por estas empresas. “Do ponto de vista moral, os agentes das empresas violam o respeito pela liberdade absoluta de informação que a internet permite. E podem violar —ética e moralmente— outros direitos, como os de propriedade particular ou pública sobre a informação disponível”, critica Cristina Montalvão Sarmento, professora de Ética e Deontologia no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, da Universidade de Lisboa. Não se espanta que haja portugueses entre os clientes. “Desde que a informação apagada não seja relevante para efeitos jurídico-penais e não afete eticamente o respeito pela verdade, pode a mesma ser considerada útil e de defesa de bom nome. No entanto, é provável que o interesse em apagar informação possa ser realizado com o objetivo contrário.”

Para Francisco Couto, professor do Departamento de Informática da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (ver entrevista ao lado), estas empresas “talvez consigam tornar menos visível ou mesmo esconder algum tipo de informação. Mas garantir que tudo é apagado para sempre é tecnologicamente muito difícil.” E vai mais longe: “Contratar uma empresa para apagar determinada informação é ao mesmo tempo indicar a um terceiro que essa informação tem valor, seja ela comercial ou pessoal. E tudo o que tem valor mais dificilmente se perde.”

com RUI GUSTAVO  
hfranco@expresso.empresa.pt

## Google promete nova ferramenta

Três dias depois da decisão do Tribunal de Justiça da União Europeia que deu razão à queixa do espanhol Mario Costeja González — que pretendia que a Google removesse um artigo publicado em 1998 —, o gigante motor de busca decidiu contra-atacar. A empresa prometeu apresentar, até ao final do mês, uma ferramenta destinada aos utilizadores que querem ver retirados *links* associados à sua pessoa. “A decisão (do tribunal europeu) tem implicações significativas para a forma como vamos lidar com os pedidos de remoção dos *links*.”

É logisticamente complicado, por causa das muitas línguas envolvidas e da necessidade de uma revisão cuidadosa. Temos estado a pensar em como vai funcionar esta nova ferramenta, o que pode levar semanas. Mas os utilizadores serão avisados assim que isso acontecer”, assegura ao Expresso uma fonte oficial da Google. Vários europeus pediram entretanto à Google para retirar *links* de pesquisas sobre os seus nomes: entre eles estão um político, um homem condenado por pedofilia e um médico que quer eliminar críticas negativas dos pacientes.

## TRÊS PERGUNTAS A

Francisco Couto

Professor do Departamento de Informática da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa

■ Em tese, qualquer pessoa pode eliminar da internet factos do seu passado verdadeiros mas incómodos ou boatos que arruinaram a sua vida? O que há de bom e de mau nisto?

■ É possível diminuir a visibilidade de determinados factos ou boatos, mas garantir que são mesmo “apagados” para sempre é quase impossível. De bom poderemos considerar a oportunidade de mitigar alguns problemas de privacidade. Por exemplo, quando o nosso genoma estiver na internet, este, ao contrário de outros tipos de informação, não se pode pedir para alterar e pode revelar muito de nós. O mau é que pode levar a uma falsa sensação de privacidade. O utilizador pode ser levado a acreditar que pode publicar tudo na internet, porque depois pode “apagar”. E a exploração destes mecanismos de “esquecimento” pode ainda ser usada para desacreditar os sistemas baseados em reputação que hoje em dia muitas das aplicações oferecem. Por exemplo, na escolha de um hotel, os utilizadores baseiam muito a decisão nos comentários que este tem. O que aconteceria se o hotel pudesse usar esse mecanismo de “esquecimento”?

■ Espanta-o que haja portugueses a recorrer a estes serviços?

■ Não. A tecnologia permite colocar de forma fácil e quase instantaneamente todo o tipo de informação na internet, e muitas vezes só mais tarde os utilizadores se dão conta dos impactos que essa mesma informação possa vir a ter na sua liberdade individual.

■ A seguir à derrota em tribunal, a Google anunciou que vai lançar um mecanismo para os utilizadores pedirem a remoção de *links*. O que pensa desta medida?

■ Ainda não sei como esse mecanismo vai ser aplicado, mas a fiscalização da sua aplicação vai ser muito complicada. Como e quem irá garantir a boa aplicação do direito a ser-se esquecido?



O gigante Google prepara-se para anunciar um mecanismo para os utilizadores pedirem a remoção de *links*

FOTO BORIS ROESSLER /EPA